



DE 6 A 10 MARÇO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 436/XIII](#)

Altera o Código Civil, eliminando a discriminação entre homens e mulheres em matéria de prazo internupcial

Autoria: BE

[Projeto de Lei 438/XIII](#)

Determina a sujeição dos litígios de consumo de reduzido valor económico à arbitragem necessária, quando tal seja optado pelo consumidor, e determina a obrigatoriedade de constituição de advogado nas ações de consumo

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 439/XIII](#)

Determina a criação, no seio da Direção-Geral do Consumidor, de um portal de registo nacional de consumidores aderentes a publicidade telefónica

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 440/XIII](#)

Determinação dos preços do alojamento e das refeições a estudantes do ensino superior em função do indexante de apoios sociais

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 442/XIII](#)

Lei - Quadro que estabelece as condições e requisitos de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais

Autoria: PCP

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Lei 443/XIII](#)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 148/2015, de 09 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, reforçando os poderes de supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários na verificação de eventuais conflitos de interesses entre o exercício de auditoria a entidades de interesse público e a prestação de serviços de consultadoria a tais entidades ou a terceiros

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 444/XIII](#)

Procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro (cria o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros), reforçando as competências do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, e promovendo a eficiente colaboração e articulação entre as várias entidades de supervisão financeira – Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), criando um Secretariado Executivo

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 445/XIII](#)

Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, adotando medidas restritivas na comercialização de produtos e instrumentos financeiros por parte das instituições de crédito e sociedades financeiras

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 447/XIII](#)

Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, que aprovou Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, reforçando os poderes de supervisão do Banco de Portugal quanto aos sistemas de governo societário das instituições de crédito e introduzindo limitações à concessão de crédito a detentores de participações qualificadas em instituições de crédito

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 448/XIII](#)

Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, impedindo a atribuição de incentivos à comercialização ao retalho de produtos ou instrumentos financeiros específicos e reforçando-se a intervenção do Banco de Portugal nesta matéria

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 449/XIII](#)

Procede à descentralização de competências para os municípios e entidades intermunicipais no âmbito da educação, saúde, ação social, proteção civil, praias, gestão florestal, saúde animal e segurança alimentar, património e habitação

Autoria: CDS-PP

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Lei 450/XIII](#)

Estabelece um novo regime jurídico para a atividade de transporte de passageiros em veículos automóveis ligeiros descaracterizados

Autoria: BE

[Projeto de Lei 451/XIII](#)

Reforça os direitos dos consumidores no que diz respeito ao consumo de bens alimentares

Autoria: PAN

[Projeto de Lei 452/XIII](#)

Planeamento da emergência nuclear e envolvimento dos cidadãos

Autoria: PEV

[Projeto de Resolução 717/XIII](#)

Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam os meios alternativos de resolução de litígios de consumo

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 718/XIII](#)

Recomenda ao Governo a assunção de medidas de formação, informação e fiscalização de defesa dos direitos dos consumidores

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 721/XIII](#)

Classificação das scooters de mobilidade para permitir o seu acesso aos transportes de passageiros

Autoria: PEV

[Projeto de Resolução 722/XIII](#)

Descentralização de competências para as autarquias locais

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 724/XIII](#)

Recomenda ao Governo a adoção de medidas que modernizem e introduzam transparência no setor do táxi

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 725/XIII](#)

Recomenda ao Governo que diligencie pela reformulação do regime de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

Autoria: PAN

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Resolução 726/XIII](#)

Recomenda ao governo português que elabore um plano de emergência radiológico para acidentes nucleares transfronteiriços

Autoria: PAN



CUSTAS PROCESSUAIS

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 33/2017 - Diário da República n.º 48/2017, Série I de 2017-03-08](#)

Tribunal Constitucional

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma que impede a fixação de remuneração de perito em montante superior ao limite de 10 UC, interpretativamente extraída dos n.ºs 2 e 4 do artigo 17.º do Regulamento das Custas Processuais em conjugação com a sua tabela IV



EMPREENDEDORISMO

[Portaria n.º 105/2017 - Diário da República n.º 50/2017, Série I de 2017-03-10](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à [Portaria n.º 97-A/2015](#), de 30 de março



ESPAÇO AÉREO

[Portaria n.º 94/2017 - Diário da República n.º 46/2017, Série I de 2017-03-06](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Vigésima alteração à [Portaria n.º 50/95](#), de 20 de janeiro, que estabelece uma cobrança de taxas de rota no espaço aéreo nas regiões de informação de voo (RIV)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU 2014-2021

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2017 - Diário da República n.º 50/2017, Série I de 2017-03-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021

EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES

[Declaração de Retificação n.º 7/2017 - Diário da República n.º 50/2017, Série I de 2017-03-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o [Decreto-Lei n.º 9/2017](#), de 10 de janeiro, da Administração Interna, que estabelece requisitos na colocação no mercado de explosivos e munições e transpõe a [Diretiva n.º 2014/28/UE](#), publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2017

FINANCEIRO

[Aviso n.º 2316/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série II de 2017-03-07](#)

Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB), a vigorar entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2017

BANCO DE PORTUGAL

[Divulgação das taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 2.º trimestre de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Emissões de títulos - janeiro de 2017](#)

Instruções

[Instrução n.º 3/2017](#) - Divulga, para o 2.º trimestre de 2017, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores no âmbito do DL n.º 133/2009, de 2-6.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - fevereiro 2017](#)

 **FISCAL**

[Portaria n.º 96/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07](#)

Finanças

Altera a [Portaria n.º 378/2015](#), de 22 de outubro - Modelo 48 e instruções

Presidência da República

O Presidente da República ratificou a Resolução da Assembleia da República que aprova o [Protocolo que altera a Convenção entre Portugal e a França para evitar a dupla tributação e estabelecer regras de assistência administrativa recíproca em matéria de impostos sobre o rendimento](#) (assinada em 14 de janeiro de 1971), assinado em 25 de agosto de 2016.

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUNAIAERA

[Deduções, benefícios fiscais e taxas no IRS para 2017 \(rendimentos de 2016\)](#)

 **MUSEUS E MONUMENTOS**

[Resolução da Assembleia da República n.º 38/2017 - Diário da República n.º 46/2017, Série I de 2017-03-06](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias para fomentar o acesso dos cidadãos aos museus e monumentos nacionais, em particular a implementação da gratuidade na respetiva entrada

 **PREVIDENCIAL**

[Portaria n.º 99/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Estabelece a idade de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2018

[Portaria n.º 100/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Cria o Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)

 **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE – PDR 2020**

[Declaração de Retificação n.º 6/2017 - Diário da República n.º 49/2017, Série I de 2017-03-09](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Declaração de retificação da [Portaria n.º 85-A/2017](#), de 24 de fevereiro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 40, de 24 de fevereiro, que altera a [Portaria n.º 31/2015](#), de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.1, «Jovens agricultores», da Medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

[Portaria n.º 106/2017 - Diário da República n.º 50/2017, Série I de 2017-03-10](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Primeira alteração à [Portaria n.º 229/2016](#), de 26 de agosto, que estabelece o regime de aplicação das operações n.ºs 3.4.1, «Desenvolvimento do regadio eficiente», e 3.4.3, «Drenagem e estruturação fundiária», inseridas na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Aviso n.º 2477/2017 - Diário da República n.º 50/2017, Série II de 2017-03-10](#)

Autoridade Nacional de Comunicações

Suspensão dos efeitos do Regulamento n.º 829/2016, de 23 de agosto

["Mecanismo Interligar a Europa" - convites à apresentação de propostas 2017](#)

Entrega de propostas no domínio das infraestruturas digitais transeuropeias até 18.05.2017.
07.03.2017

[Eliminação da obrigatoriedade de registo dos utilizadores das estações de CB](#)

A partir de 11.03.2017 as estações de CB estão isentas de licença.
10.03.2017

 **TRABALHO E EMPREGO**

[Portaria n.º 97/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho, para o ano de 2017

[Portaria n.º 98/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais, para o ano de 2017

[Resolução da Assembleia da República n.º 36/2017 - Diário da República n.º 46/2017, Série I de 2017-03-06](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a criação de um selo de garantia para empresas com práticas responsáveis de contratação e inserção de jovens na vida ativa

 **XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL**

[Decreto-Lei n.º 26/2017 - Diário da República n.º 49/2017, Série I de 2017-03-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 251-A/2015](#), de 17 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 6/2017/A - Diário da República n.º 49/2017, Série I de 2017-03-09](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Regulamentação do processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores

 **RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2017/M - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova a execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2017

[Decreto Legislativo Regional n.º 7/2017/M - Diário da República n.º 48/2017, Série I de 2017-03-08](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2012/M](#), de 25 de outubro, que aprova normas para a proteção dos cidadãos e medidas para a redução da oferta de «drogas legais»

[Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2017/M - Diário da República n.º 50/2017, Série I de 2017-03-10](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Altera o [Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2015/M](#), de 19 de agosto, que aprova a Orgânica da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da Região Autónoma da Madeira

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Vistos

Regulamento (UE) 2017/371 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 1 de março de 2017, que [altera o Regulamento \(CE\) n.º 539/2001 do Conselho que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação \(revisão do mecanismo de suspensão\)](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Céu único europeu

Regulamento de Execução (UE) 2017/386 da Comissão, de 6 de março de 2017, que [altera o Regulamento de Execução \(UE\) n.º 1207/2011 que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu](#)

Regulamento de Execução (UE) 2017/373 da Comissão, de 1 de março de 2017, que [estabelece requisitos comuns para os prestadores de serviços de gestão do tráfego aéreo/de navegação aérea e de outras funções de rede da gestão do tráfego aéreo e respetiva supervisão, que revoga o Regulamento \(CE\) n.º 482/2008, os Regulamentos de Execução \(UE\) n.º 1034/2011, \(UE\) n.º 1035/2011 e \(UE\) 2016/1377 e que altera o Regulamento \(UE\) n.º 677/2011](#)

Financeiro

Regulamento Delegado (UE) 2017/389 da Comissão, de 11 de novembro de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 909/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos parâmetros de cálculo das sanções pecuniárias por falhas de liquidação e às operações das CSD nos Estados-Membros de acolhimento](#)

Regulamento Delegado (UE) 2017/390 da Comissão, de 11 de novembro de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 909/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação relativas a determinados requisitos prudenciais aplicáveis às Centrais de Valores Mobiliários e às instituições de crédito designadas que prestam serviços bancários auxiliares](#)

Regulamento Delegado (UE) 2017/391 da Comissão, de 11 de novembro de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 909/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação que especificam melhor o conteúdo da comunicação de informações sobre as liquidações internalizadas](#)

Regulamento Delegado (UE) 2017/392 da Comissão, de 11 de novembro de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 909/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às normas técnicas de regulamentação relativas aos requisitos em matéria de autorização e supervisão e aos requisitos operacionais aplicáveis às Centrais de Valores Mobiliários](#)

Regulamento de Execução (UE) 2017/393 da Comissão, de 11 de novembro de 2016, que [estabelece normas técnicas de execução no que respeita aos modelos e procedimentos a seguir com vista à comunicação e transmissão das informações relativas às liquidações internalizadas em conformidade com o Regulamento \(UE\) n.º 909/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Regulamento de Execução (UE) 2017/394 da Comissão, de 11 de novembro de 2016, que [estabelece normas técnicas de execução no que se refere a formulários, modelos e procedimentos normalizados para a autorização, análise e avaliação das Centrais de Valores Mobiliários, para a cooperação entre as autoridades do Estado-Membro de origem e do Estado-Membro de acolhimento, para a consulta das autoridades envolvidas na autorização para a prestação de serviços bancários auxiliares, para o acesso das Centrais de Valores Mobiliários, e no que se refere ao formato dos registos a manter pelas Centrais de Valores Mobiliários em conformidade com o Regulamento \(UE\) n.º 909/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Pareceres

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre [«A economia da funcionalidade»](#) (parecer de iniciativa)

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre [«Promover as empresas inovadoras e de elevado crescimento»](#) (parecer de iniciativa)

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre [«Um quadro adequado para a transparência das empresas»](#) (parecer de iniciativa)



COMISSÃO EUROPEIA

[Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: 10 anos de solidariedade europeia](#)

Há 10 anos, tiveram início as intervenções do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG). Ao conceder aos Estados-Membros apoio financeiro para ajudar trabalhadores e empresas a proceder aos ajustamentos necessários em resposta à evolução dos padrões comerciais, o Fundo traduz, na prática, o ideal da solidariedade europeia.

[Corpo Europeu de Solidariedade: organizações e jovens podem agora entrar em contacto](#)

Três meses após o lançamento do Corpo Europeu de Solidariedade e a abertura das inscrições para os jovens europeus interessados na iniciativa, as organizações acreditadas que proporcionarão experiências de solidariedade podem agora aceder à base de dados para selecionar potenciais trabalhadores, estagiários ou voluntários para as suas atividades.



CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Direitos das Crianças

[Não deixar para trás nenhuma criança: Conselho adota diretrizes da UE para a promoção e proteção dos direitos das crianças](#)

O Conselho adotou diretrizes revistas da UE para a promoção e proteção dos direitos das crianças. A última versão das diretrizes datava de 2007.

Emprego

[Cimeira Social Tripartida, 8 de março de 2017](#)

O tema da cimeira social da primavera foi: "O futuro da Europa: definir o caminho rumo ao crescimento, ao emprego e à equidade".

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Energia

[Diplomacia climática e diplomacia energética: orientações do Conselho sobre como reforçar sinergias](#)

O Conselho adotou conclusões sobre o reforço das sinergias entre a diplomacia climática e a diplomacia energética da UE e elementos para as prioridades em 2017.

Espaço Schengen

[Código das Fronteiras Schengen: Conselho adota regulamento que tem por objetivo reforçar os controlos nas fronteiras externas](#)

O Conselho adotou um regulamento que altera o Código das Fronteiras Schengen para reforçar os controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes.

Orçamento da EU

[Quadro orçamental da UE para 2014-2020: Conselho decide dar mais ênfase a novas prioridades](#)

O Conselho chegou a acordo sobre a reapreciação intercalar do quadro financeiro plurianual da UE para 2014-2020.

Saúde

[Dispositivos médicos mais seguros: Conselho adota novas regras da UE](#)

O Conselho adotou dois regulamentos que tornam os dispositivos médicos mais seguros.



PARLAMENTO EUROPEU

[Óleo de palma: por uma produção mais sustentável](#)

Desflorestação, perda de habitats naturais e o aumento das emissões de gases com efeitos de estufa são algumas das consequências da produção não-sustentável de óleo de palma, um óleo vegetal utilizado em produtos alimentares, cosméticos e biocombustíveis. Os eurodeputados votaram um relatório instando a Comissão Europeia a atuar para promover a produção sustentável do óleo e eliminar progressivamente a sua presença nos biocombustíveis.

[Tajani: “A Europa tem de ser reformada, não enfraquecida”](#)

“A Europa tem de ser reformada, não enfraquecida. Todas as instituições devem redobrar os esforços para dar aos cidadãos as respostas que esperam de nós”, defendeu Antonio Tajani no seu primeiro discurso enquanto presidente do PE no Conselho Europeu, realizado em Bruxelas. “Hoje, mais do que nunca, estamos cientes da importância da unidade europeia,” disse Tajani na cimeira, que aborda temas como a competitividade, a defesa, a migração e o futuro da Europa.

[Resíduos urbanos: metas de reciclagem mais ambiciosas para uma economia circular](#)

O Parlamento Europeu votou quatro relatórios sobre a gestão de resíduos produzidos por agregados familiares e pequenas empresas, que representam cerca de 8% de todos os resíduos produzidos na UE. O pacote legislativo significa mais um passo

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 9 DE MARÇO DE 2017

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Proposta de lei que estabelece o regime jurídico da emissão, transmissão e reconhecimento e execução da decisão europeia de investigação tendo em vista a obtenção de elementos de prova em processo penal.

- Criação da Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021, com a finalidade de assegurar o cumprimento das atribuições definidas no respetivo Regulamento e Memorando de Entendimento.

- Acordo de Cooperação no domínio do Turismo entre a República Portuguesa e a República da Costa do Marfim.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011